

Michael Wolff

O cerco

Trump sob fogo cruzado

TRADUÇÃO

Débora Landsberg

Leonardo Alves

Renato Marques



Copyright © 2019 by Michael Wolff
Todos os direitos reservados.

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

Título original
Sieve: Trump Under Fire

Capa
Rick Pracher

Foto de capa
Drew Angerer/ Getty Images

Preparação
Lígia Azevedo

Índice remissivo
Probo Poletti

Revisão
Carmen T. S. Costa
Huendel Viana

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, sp, Brasil)

Wolff, Michael
O cerco : Trump sob fogo cruzado / Michael Wolff ; tradução
Débora Landsberg, Leonardo Alves, Renato Marques. — 1ª ed.
— Rio de Janeiro : Objetiva, 2019.

Título original: Siege : Trump Under Fire.
ISBN 978-85-470-0088-2

1. Estados Unidos — Política e governo — 2018- 2. Presidentes
— Estados Unidos 3. Trump, Donald, 1946- 1. Título.

19-26457

CDD-973.933092

Índice para catálogo sistemático:

1. Trump, Donald : Estados Unidos : Presidente :
Biografia 973.933092

Cibele Maria Dias – Bibliotecária – CRB-8/9427

[2019]

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA SCHWARCZ S.A.
Praça Floriano, 19, sala 3001 – Cinelândia
20031-050 – Rio de Janeiro – RJ
Telefone: (21) 3993-7510
www.companhidasletras.com.br
www.blogdacompanhia.com.br
facebook.com/editoraobjetiva
instagram.com/editora_objetiva
twitter.com/edobjetiva

Em lembrança de meu pai, Lewis A. Wolff

Sumário

<i>Nota do autor</i>	9
1. Na mira	13
2. Uma segunda chance	33
3. Advogados	49
4. Sozinho.....	61
5. Robert Mueller	70
6. Michael Cohen.....	85
7. As mulheres.....	98
8. Michael Flynn	109
9. Eleições de meio de mandato	123
10. Kushner	135
11. Hannity.....	153
12. Trump no exterior	166
13. Trump e Putin	179
14. Cem dias	194
15. Manafort	205
16. Pecker, Cohen, Weisselberg	218
17. McCain, Woodward, Anônimo.....	233
18. Kavanaugh	244
19. Khashoggi.....	256

20. Surpresas de outubro.....	268
21. 6 de novembro.....	280
22. Paralisação	294
23. O muro.....	307
Epílogo: O relatório	321
<i>Agradecimentos</i>	329
<i>Índice remissivo</i>	331

Nota do autor

Pouco depois da posse de Donald Trump como o 45^o presidente dos Estados Unidos, me permitiram entrar na Casa Branca como observador à distância. Meu livro *Fogo e fúria* foi o relato resultante do caos organizacional e do drama constante — mais psicodrama do que drama político — dos primeiros sete meses de Trump no cargo. Ali estava um presidente volúvel e indeciso, lançando, quase diariamente, suas estranhas fúrias sobre o mundo e sobre a própria equipe ao mesmo tempo. Essa primeira fase da Casa Branca mais anormal da história americana se encerrou em agosto de 2017, com a saída do estrategista-chefe Stephen K. Bannon e a nomeação do general aposentado John Kelly como chefe de gabinete.

Este novo relato se inicia em fevereiro de 2018, no princípio do segundo ano de Trump no cargo, com a situação extremamente alterada. As fúrias imprevisíveis do presidente esbarravam em uma reação institucional cada vez mais organizada e metódica. A roleta da justiça tinha se voltado inexoravelmente contra ele. Sob diversos aspectos, o próprio governo e a própria Casa Branca de Trump começaram a atacá-lo. Basicamente todos os centros de poder restantes na extrema direita o consideravam incapaz. Até alguns de sua própria base o achavam irresponsável, e extremamente confuso e perdido. Nunca um presidente esteve sob tamanho ataque e com uma capacidade tão limitada de se defender.

Seus inimigos o cercam, focados em derrubá-lo.

Sou acompanhado no meu fascínio por Trump — na certeza absoluta de que ele vai acabar por se autodestruir — por, acredito, quase todo mundo que o encontrou desde que foi eleito presidente. Trabalhar a pouca distância dele é se defrontar com o comportamento mais extremado e desorientador possível. Não se trata nem de longe de exagero. Trump não é como outros presidentes, tampouco é como qualquer pessoa que a maioria de nós já conheceu. Portanto, todo mundo que já esteve próximo dele se sente forçado a tentar explicá-lo e contar suas peculiaridades, que são de enlouquecer qualquer um. Essa é mais uma de suas desvantagens: todos que o cercam, embora restritos por juras de confidencialidade, acordos de sigilo ou até amizade, não conseguem parar de falar de suas experiências com ele. Nesse sentido, Trump está mais exposto do que qualquer outro presidente da história.

Muitas das pessoas da Casa Branca que me ajudaram durante a escrita de *Fogo e fúria* agora estão fora do governo, porém mais envolvidas do que nunca na saga Trump. Sou grato por fazer parte dessa importante rede. Muitos amigos íntimos do Trump pré-Casa Branca continuam a escutá-lo e apoiá-lo; ao mesmo tempo, como manifestação de preocupação e incredulidade, trocam relatos entre si e com outras pessoas sobre seu gênio, seu estado de espírito e seus ímpetos. Em geral, percebi que, quanto mais próximos são dele, mais assustados ficaram em diversos momentos quanto a seu estado mental. Todos especulam como isso vai terminar — mal para ele, concluem. De fato, Trump provavelmente é um tema bem melhor para escritores interessados nas capacidades e falhas humanas do que para a maioria dos repórteres e escritores responsáveis pela cobertura regular de Washington e interessados sobretudo na busca do sucesso e do poder.

Meu principal objetivo em *O cerco* é criar uma narrativa agradável e de fácil compreensão, mas também quero chegar próximo de uma história em tempo real deste momento extraordinário, já que entender o fato bem depois de transcorrido talvez seja tarde demais. O objetivo final é simplesmente fazer um retrato: Donald Trump é um personagem americano extremo, quase alucinatório, e sem dúvida serve de lição. Para realizar essa atividade, ganhar perspectiva e achar as vozes necessárias para contar a história no sentido mais amplo, conferi anonimato a todas as fontes que pediram. Em casos nos quais

me relataram — com a promessa de não atribuir fontes — um acontecimento não registrado ou uma conversa ou comentário em particular, fiz de tudo para confirmar as informações com outras fontes ou em documentos. Em certos casos, testemunhei os acontecimentos ou conversas aqui descritos. No tocante à investigação de Mueller, a narrativa que faço é baseada em documentos internos que me foram concedidos por fontes próximas ao Gabinete da Procuradoria Especial.

Lidar com fontes na Casa Branca de Trump rendeu muitas questões peculiares. Uma condição básica para se trabalhar nesse ambiente, sem dúvida, é a disposição para racionalizar e deslegitimar infinitamente a verdade e quando necessário mentir descaradamente. Na verdade, creio que isso tenha feito com que algumas das pessoas que minaram a fé pública se tornassem contadoras de verdades em particular. É o acordo que fizeram com o diabo. Mas, para o autor, entrevistar essas fontes com duas caras cria um dilema, pois é preciso depender de pessoas que mentem para também contar a verdade — e que mais tarde podem repudiar a verdade contada. Aliás, a natureza extraordinária de muito do que aconteceu na Casa Branca de Trump em geral é negada de forma grosseira por seus porta-vozes, bem como pelo próprio presidente. Porém, em cada relato sucessivo desse governo, seu nível de absurdo — ainda que o parâmetro seja constantemente elevado — quase invariavelmente foi confirmado.

Em uma atmosfera que promove e não raro exige hipérboles, o tom em si vira uma parte primordial da precisão. Por exemplo, é um fator crucial que o presidente, por um amplo leque de pessoas próximas, volta e meia seja descrito em termos máximos de instabilidade mental. “Nunca conheci ninguém tão maluco quanto Donald Trump” são as palavras de um membro da equipe que passou horas quase incontáveis com o presidente. Algo parecido me foi expresso por dezenas de outros com experiências em primeira mão. Como traduzir isso em uma avaliação responsável de sua Casa Branca singular? Minha estratégia é tentar mostrar e não contar, é descrever o contexto mais geral, é transmitir a experiência, é torná-la tão real que o leitor possa avaliar por conta própria onde está Donald Trump na escala vertiginosamente escorregadia do comportamento humano. É essa situação, um estado emocional em vez de um estado político, que está no cerne deste livro.

1. Na mira

O presidente fez sua já conhecida cara de “algo está fedendo”, depois mexeu as mãos como se afugentasse um mosquito.

“Não me fale uma coisa dessas”, ele disse. “Pra que me falar uma coisa dessas?”

Seu advogado particular, John Dowd, no final de fevereiro de 2018, pouco mais de um ano depois de iniciado o mandato de Trump, tentava explicar que procuradores provavelmente emitiriam uma intimação para obter documentos das Organizações Trump.

Trump parecia reagir menos às implicações de um mergulho profundo nos seus negócios do que a ter que ouvir falar de tudo isso. Sua irritação desencadeou uma breve arenga. Não era tanto porque estavam atrás dele — e sem dúvida estavam —, mas porque ninguém o defendia. O problema estava na própria equipe. Principalmente nos advogados.

Trump queria que seus advogados “arrumassem” as coisas. “Não me venha com problemas, eu quero soluções” era um daqueles clichês corporativos que ele vivia repetindo. Estimava seus advogados pela destreza que tinham por baixo dos panos e os culpava quando não conseguiam desaparecer com os problemas. Seus problemas se tornavam responsabilidade *deles*. “Faça sumir” era uma de suas ordens frequentes. Não raro, dita três vezes: “Faça sumir, faça sumir, faça sumir”.

O assessor jurídico da Casa Branca, Don McGahn — representando a Casa Branca e não, em uma distinção que Trump nunca entendeu direito, o

presidente —, demonstrou pouca competência no sumiço de problemas e se tornou um alvo constante da raiva e das invectivas de Trump. Sua interpretação jurídica do funcionamento adequado do poder executivo normalmente contrariava os desejos do patrão.

Por outro lado, Dowd e seus colegas, Ty Cobb e Jay Sekulow — o trio de advogados encarregado de conduzir o presidente pelos seus problemas jurídicos pessoais —, tinham adquirido enorme competência em tentar evitar o mau humor do cliente, muitas vezes acompanhado de ataques pessoais ameaçadores, quase descontrolados. Todos os três compreendiam que ser um advogado bem-sucedido de Donald Trump era dizer ao cliente o que ele queria escutar.

Trump acreditava em um mito de advogado ideal que não tinha quase nada a ver com a prática do direito. Invariavelmente citava Roy Cohn, seu amigo de longa data em Nova York, advogado e mentor durão, e Robert Kennedy, irmão de John F. Kennedy. “Ele me enchia o saco falando de Roy Cohn e Bobby Kennedy”, declarou Steve Bannon, o estrategista político que, talvez mais do que ninguém, foi responsável pela vitória de Trump. “‘Roy Cohn e Bobby Kennedy’, ele dizia. ‘Cadê meu Roy Cohn e meu Bobby Kennedy?’” Cohn, para seu próprio benefício e transformando-se em lenda, construiu o mito que Trump continuava a abraçar: com criatividade e músculo suficientes, o sistema jurídico poderia sempre ser manipulado. Bobby Kennedy fora o procurador-geral e capanga do irmão: ele protegia JFK e manejava os canais secretos do poder em prol da família.

Esse era um tema constante para Trump: enganar o sistema. “Sou o cara que escapa ileso”, volta e meia se gabava com os amigos de Nova York.

Ao mesmo tempo, não queria saber dos detalhes. Queria apenas que os advogados lhe garantissem que estava ganhando. “A gente está mandando ver, não está? É isso que eu quero saber. É só isso que eu quero saber. Se a gente não estiver mandando ver, você ferra com tudo”, ele berrou uma tarde, com membros de sua equipe jurídica ad hoc.

Desde o começo, foi um imenso desafio achar grandes advogados que aceitassem o que, no passado, sempre fora uma das atribuições jurídicas mais pomposas: representar o presidente dos Estados Unidos. Um advogado de colarinho-branco e de renome em Washington deu a Trump uma lista de vinte questões que teriam que ser abordadas imediatamente se ele aceitasse o caso. Trump se recusou a ponderar qualquer uma delas. Mais de uma dúzia

de grandes firmas se recusou a representá-lo. No final das contas, Trump acabou com um grupo chinfrim de profissionais que não tinham a influência e os recursos dos grandes escritórios. Agora, treze meses depois da posse, ele enfrentava problemas jurídicos pessoais que tinham no mínimo a mesma dimensão que os enfrentados por Richard Nixon e Bill Clinton, e o fazia com o que parecia, na melhor das hipóteses, uma equipe jurídica bem pouco badalada. Mas Trump parecia ignorar seu flanco exposto. Intensificando seu grau de negação quanto às ameaças jurídicas que o cercavam, ele raciocinou em tom de chacota: “Se eu tivesse bons advogados, daria a impressão de que sou culpado”.

Aos 77 anos, Dowd tivera uma longa e bem-sucedida carreira jurídica, tanto no governo como em escritórios de advocacia de Washington. Mas isso ficara para trás. Agora estava por conta própria, ávido para adiar a aposentadoria. Não há dúvida de que sabia da importância, em relação à própria situação no círculo jurídico de Trump, de entender as necessidades do cliente. Foi obrigado a concordar com a avaliação do presidente quanto ao contato de sua campanha com representantes do Estado russo: ele não seria atingido. Com esse fim, Dowd e os outros membros da equipe de advogados de Trump recomendaram que o presidente colaborasse com a investigação de Mueller.

“Não sou o alvo, né?”, Trump vivia cutucando.

Não era uma pergunta retórica. Ele insistia em receber uma resposta, e que fosse afirmativa: “O senhor não é o alvo, presidente”. No início do mandato, Trump tinha incitado o diretor do FBI James Comey a dar exatamente essa garantia. Em um dos gestos inconfundíveis de sua presidência, ele havia despedido Comey em maio de 2017 em certa medida por não estar satisfeito com o entusiasmo da afirmação e portanto achar que o diretor do FBI conspirava contra ele.

O presidente ser ou não ser de fato alvo — e sem dúvida seria necessário viver a outra realidade para não o ver como o alvo da investigação de Mueller — parecia fazer parte de uma realidade distinta da necessidade que Trump tinha de ser reassegurado de que não era o alvo.

“Trump me treinou”, Ty Cobb disse a Steve Bannon. “Mesmo se for ruim, é ótimo.”

O presidente imaginava — aliás, com uma confiança sobrenatural, e nada parecia dissuadi-lo — que num futuro próximo o próprio procurador espe-

cial entraria em contato, enviando uma carta de exoneração abrangente e até mesmo um pedido de desculpas.

“Cadê a porra da carta?”, ele queria sempre saber.

O júri recrutado pelo procurador especial Robert Mueller se reunia às quintas e sextas no tribunal federal distrital de Washington. A questão era conduzida no quinto andar de um prédio comum na Constitution Avenue, nº 333. Os jurados se encontravam em um espaço desinteressante que parecia menos um tribunal e mais uma sala de aula, com promotores em um palanque e testemunhas sentadas à mesa diante da sala. Os jurados de Mueller eram mais mulheres do que homens, mais brancos do que negros, mais velhos do que novos; se distinguiam sobretudo pela concentração e pela intensidade. Escutavam os procedimentos com “um tipo assustador de atenção, como se já soubessem de tudo”, disse uma testemunha.

Em um inquérito de júri, você recai em uma de três categorias. Você é uma “testemunha do fato”, ou seja, o promotor acredita que tem informações sobre a investigação em pauta. Ou você é “partícipe”, o que significa que teria envolvimento pessoal no crime em investigação. Ou, o mais preocupante, você é “alvo”, isto é, o promotor está tentando fazer com que o júri indicie você. Testemunhas não raro se tornam partícipes, e partícipes muitas vezes se tornam alvos.

No começo de 2018, com a investigação de Mueller e seu júri mantendo um grau histórico de confidencialidade, ninguém na Casa Branca tinha como saber quem era o quê. Ou quem dizia o que a quem. Qualquer um e todos que estivessem trabalhando para o presidente ou para um de seus principais assessores poderia estar conversando com o procurador especial. O código de silêncio da investigação se estendeu à Ala Oeste. Ninguém sabia, e ninguém diria, quem estava soltando a língua.

Quase todos os membros do alto escalão da equipe da Casa Branca — o grupo de conselheiros que teve interações em primeira mão com o presidente — haviam contratado advogados. Aliás, desde os primeiros dias do presidente na Casa Branca, o passado jurídico enrolado e a visível falta de cuidado legal lançaram uma sombra sobre aqueles que trabalhavam com ele. Enquanto aprendiam a circular pelo labirinto que é a Ala Oeste, os veteranos já procuravam advogados.

Em fevereiro de 2017, apenas semanas depois da posse, e não muito depois que o FBI levantou as primeiras questões sobre o conselheiro de Segurança Nacional Michael Flynn, o chefe de gabinete Reince Priebus entrou no escritório de Steve Bannon e disse: “Vou te fazer um enorme favor. Me dê seu cartão de crédito. Não me pergunte por quê, só me dê o cartão. Você vai me agradecer pelo resto da vida”.

Bannon abriu a carteira e deu a Priebus seu cartão American Express. Priebus voltou logo, devolveu o cartão e declarou: “Agora você tem proteção jurídica”.

Ao longo do ano seguinte, Bannon — uma testemunha do fato — passou centenas de horas com seus advogados preparando o testemunho que daria perante a procuradoria especial e perante o Congresso. Por sua vez, os advogados passavam um tempo cada vez maior falando com a equipe de Mueller e os conselheiros das comissões do Congresso. No final do ano, as despesas legais de Bannon chegavam a 2 milhões de dólares.

O primeiro conselho de todo advogado ao cliente era direto e inequívoco: não fale com ninguém, assim não terá necessidade de testemunhar a respeito do que disse. Em pouco tempo, uma preocupação constante dos membros do alto escalão da Casa Branca de Trump era saber o mínimo possível. Era um mundo virado de ponta-cabeça: se antes todos queriam estar em reuniões, agora era melhor ficar de fora. As pessoas queriam evitar testemunhar conversas, queriam evitar que as testemunhassem sendo testemunha de conversas — pelo menos as mais espertas. Não havia dúvida de que ninguém era amigo. Era impossível saber qual era a situação de um colega na investigação; portanto, não havia como saber quais as probabilidades de ele ter que prestar depoimento sobre outra pessoa — você, talvez — para cooperar com o procurador especial, isto é, de lhe virar as costas para se salvar.

A Casa Branca, ficou logo claro para quase todo mundo que trabalhava lá — ao mesmo tempo que isso se tornava mais uma razão para não trabalhar lá —, era o cenário de uma investigação criminal em andamento, uma que poderia enredar qualquer um que chegasse perto.

O zelador supremo dos segredos de campanha, da transição e do primeiro ano de mandato era Hope Hicks, diretora de comunicação da Casa Branca. Ela

havia testemunhado praticamente tudo. Via o que o presidente via, sabia o que Trump, um homem incapaz de controlar o próprio monólogo contínuo, sabia.

Em 27 de fevereiro de 2018, testemunhando perante a Comissão de Inteligência da Câmara — ela já tinha se apresentado diante do procurador especial —, Hicks foi pressionada a responder se já tinha mentido pelo presidente. Talvez uma profissional de comunicação mais habilidosa tivesse escapado do apuro, mas Hicks, que tinha pouca experiência além do trabalho como porta-voz de Donald Trump — que, de modo geral, significava lidar com o desdém dele pela verdade empírica —, se viu como que em uma súbita e inesperada lacuna moral ao tentar analisar publicamente a importância relativa das mentiras do chefe. Ela assumiu ter contado “mentiras leves”, como se fossem, de algum modo, menos relevantes que as outras. Foi uma confissão avançada o bastante para exigir quase vinte minutos de deliberação com os advogados no meio do depoimento, aflitos com o que ela poderia estar admitindo e com aonde a desconstrução das inversões constantes do presidente poderia levar.

Não muito tempo após depor, outra testemunha perante o júri de Mueller foi questionada sobre até onde Hicks estava disposta a ir para mentir em prol do presidente. A testemunha disse: “Acho que, no que diz respeito a ser subserviente a Trump, Hicks vai em frente — mas ela não entraria na linha de tiro por ele”. A declaração poderia ser vista tanto como um elogio irônico quanto como uma estimativa do grau de lealdade que havia na Casa Branca de Trump — provavelmente não muito elevado.

Quase ninguém no governo Trump, é possível argumentar, era adequado a seu cargo da forma convencional. Mas, com a possível exceção do próprio presidente, ninguém propiciava um retrato melhor dessa presidência despreparada e desinformada do que Hicks. Ela não tinha experiência política ou midiática substancial, tampouco tinha um temperamento fortalecido por anos de trabalho sob pressão. Sempre usando as minissaias de que Trump gostava, parecia invariavelmente assustada sob os holofotes. O presidente a admirava não porque tivesse habilidade política para protegê-lo, mas por sua dócil obediência. A função dela era se dedicar ao cuidado e ao sustento dele.

“Quando falar com ele, comece com um feedback positivo”, aconselhou Hicks, entendendo a necessidade que Trump tinha de afirmação constante e sua incapacidade quase total de falar de algo além de si mesmo. A atenção que dava a Trump e sua natureza afável a haviam alçado, aos 29 anos, a um alto

cargo na comunicação da Casa Branca. Do ponto de vista prático, ela atuava como chefe de gabinete de fato. Trump não queria seu governo cheio de profissionais: queria que sua equipe fosse formada por pessoas que tomassem conta dele e lhe dessem atenção.

Hicks — para Trump, “Hope-y” — era ao mesmo tempo a guardiã e o porto seguro do presidente. Também era um tema frequente de seu interesse lascivo: Trump preferia que os negócios, até mesmo na Casa Branca, fossem pessoais. “Quem está comendo a Hope?”, ele exigia saber. O assunto também interessava a seu filho Don Jr., que volta e meia professava sua intenção de “comer a Hope”. A filha do presidente, Ivanka, e seu marido, Jared Kushner, ambos conselheiros seniores da Casa Branca, exprimiam uma preocupação mais nobre em relação a Hicks; às vezes tentavam até sugerir pretendentes.

Porém, Hicks, aparentemente entendendo a natureza insular do mundo de Trump, se relacionava exclusivamente dentro da bolha, escolhendo os homens mais cafajestes: o chefe de campanha Corey Lewandowski durante as eleições e o assessor presidencial Rob Porter na Casa Branca. Enquanto a relação entre Hicks e Porter avançava, no outono de 2017, saber do caso se tornou um símbolo de intimidade com o universo de Trump, havendo um cuidado especial para esconder esse acontecimento do presidente. Ou não: outras pessoas, supondo que o envolvimento de Porter com Hicks não agradaria Trump, eram menos discretas quanto a ele.

Na animosidade intensa da Casa Branca de Trump, Rob Porter talvez tenha conseguido se tornar a pessoa mais malquista por todos, à exceção do próprio presidente. Um sujeito de queixo quadrado, que parece ter saído dos anos 1950 e poderia ser modelo de produtos para cabelo, era um retrato quase risível de traição e deslealdade: se ele *não* tivesse lhe dado uma facada pelas costas, era porque desprezava você. Uma espécie de personagem de sitcom — “Eddie Haskell”, brincava Bannon, citando o ícone televisivo da insinceridade e do puxa-saquismo de *Leave It to Beaver* —, ele abraçava o chefe de gabinete John Kelly enquanto fazia sua caveira para o presidente. A avaliação de Porter quanto às suas grandes responsabilidades na Casa Branca, além dos cargos mais importantes que o presidente — segundo ele divulgava — lhe prometia, pareciam pôr o governo e a nação totalmente em seus ombros.

Porter tinha, antes de completar os quarenta anos, duas ex-mulheres feroces, tendo espancado pelo menos uma delas e traído em níveis estratosféricos ambas. Durante um período como funcionário do Senado, Porter tivera um caso com uma estagiária, o que lhe custara o emprego. A namorada, Samantha Dravis, fora morar com Porter no verão de 2017, enquanto, sem que ela soubesse, ele saía com Hicks. “Eu te traí porque você não é atraente o bastante”, diria a Dravis também mais adiante.

Em uma quebra de protocolo talvez criminosa, Porter obteve acesso aos documentos em estado bruto de sua liberação pelo FBI e viu as declarações das ex-esposas. A segunda ex-mulher havia escrito um post em um blog sobre o suposto abuso, que claramente o apontava como o agressor, ainda que não o nomeasse. Preocupado com o impacto negativo que as ex-esposas poderiam ter sobre sua liberação, ele recrutou Dravis para ajudá-lo a amansar sua relação com as duas.

Lewandowski, o ex-namorado de Hicks, ficou sabendo do envolvimento dela com Porter e começou a atuar para expor a relação; segundo alguns relatos, incentivou paparazzi a seguir Hicks. Embora o histórico de abusos de Porter aos poucos viesse à tona por conta da investigação do FBI, a campanha de Lewandowski contra Hicks interferia nas inúmeras outras tentativas de acobertar as transgressões de Porter.

No outono de 2017, Dravis ouviu os boatos impelidos por Lewandowski sobre uma relação entre Hicks e Porter. Depois de descobrir o número de Hicks salvo sob um nome masculino nos contatos de Porter, Dravis o confrontou, e ele imediatamente a expulsou de casa. Após voltar para a casa dos pais, ela deu início a uma campanha revanchista, falando abertamente dos problemas da liberação de Porter, inclusive com gente dentro da assessoria jurídica da Casa Branca, e de como ele tinha proteção do escalão mais alto da Casa Branca. Então, com Lewandowski, Dravis ajudou a vazar os detalhes do romance entre Hicks e Porter ao *Daily Mail*, que publicou uma matéria sobre o assunto em 1º de fevereiro.

Mas Dravis, unida às ex-mulheres de Porter, decidiu que, escandalosamente, ele havia passado uma boa impressão no relato do *Daily Mail* — ele era parte de um casal poderoso e glamoroso! Porter ligou para Dravis para fazer escárnio: “Você achou que ia me pegar!”. Dravis e as ex-esposas revelaram publicamente os abusos que tinham sofrido nas mãos dele. A primeira esposa disse que ele a

havia chutado e socado, apresentando inclusive uma fotografia do olho roxo. A segunda esposa informou à imprensa que havia pedido uma medida protetiva de urgência contra ele.

A Casa Branca, ou pelo menos Kelly — e provavelmente Hicks —, estava ciente de muitas dessas alegações e, na verdade, as acobertou. (“Em geral, tem tanta gente competente para os cargos da Casa Branca que dá para eliminar quem bate em mulher, mas era impossível ser tão seletivo na Casa Branca de Trump”, disse um republicano conhecido de Porter.) O frenesi que havia irrompido em torno de Porter e seu histórico preocupante como um sujeito repulsivo não só irritava Trump — “Ele fede a má publicidade” — como enfraquecia Kelly ainda mais. Em 7 de fevereiro, depois que as duas ex-mulheres deram entrevista à CNN, Porter se demitiu.

Hicks, que se acanhava diante da imprensa — Donald Trump dava muito valor a aliados que não roubassem suas oportunidades de aparecer na imprensa —, de repente viu sua vida amorosa sob as luzes do intenso exame da imprensa internacional. Seu caso com o desacreditado Porter ressaltou sua relação bizarra com o presidente e a família dele, bem como a gestão irregular, as disfunções interpessoais e a falta geral de astúcia política no mundo de Trump.

O caso, curiosamente, era um dos últimos problemas de Hicks. Aliás, para ela, o escândalo de Porter talvez tenha se tornado uma nuvem *melhor* sob a qual deixar o governo do que aquela que quase todo mundo na Ala Oeste presumia ser a verdadeira.

Em 27 de fevereiro, um repórter de um boletim de informações privilegiadas de Washington, o *Axios*, Jonathan Swan, um dos canais prediletos de vazamentos da Casa Branca, noticiou que Josh Raffel estava deixando a Casa Branca. Em um novo esquema, Raffel havia entrado na Ala Oeste em abril de 2017 como porta-voz exclusivo do genro do presidente, Jared Kushner, e de sua esposa, Ivanka, contornando a equipe de comunicação da Casa Branca. Raffel, que assim como Kushner era um democrata, tinha trabalhado na Hiltzik Strategies, a firma de relações públicas nova-iorquina que representava a linha de roupas de Ivanka.

Hope Hicks, que também trabalhara na Hiltzik — talvez mais conhecida pelo longo tempo que representou o produtor cinematográfico Harvey Wein-

stein, envolvido, no outono de 2017, em um escândalo épico de assédio sexual e acobertamento —, no princípio tivera o mesmo papel que Raffel, mas em um nível mais alto: era a porta-voz do presidente. Em setembro, foi promovida a diretora de comunicação da Casa Branca, com Raffel como segundo na fila.

O problema surgira no verão anterior. Tanto Hicks como Raffel estavam no Força Aérea Um em julho de 2017 quando foi divulgada a notícia do encontro de Donald Trump Jr. na Trump Tower, durante a campanha, com intermediários do governo russo que ofereciam fofocas maliciosas sobre Hillary Clinton. Na viagem de volta aos Estados Unidos após a reunião do G20 na Alemanha, Hicks e Raffel auxiliaram o presidente na tentativa de lançar uma história em grande medida falsa a respeito do encontro na Trump Tower, tornando-se assim parte do acobertamento.

Embora fizesse pouco mais de nove meses que Raffel estava na Casa Branca, a notícia do *Axios* dizia que sua saída estava sendo debatida havia meses. Era mentira. Fora uma saída abrupta.

No dia seguinte, da mesma forma abrupta, Hope Hicks — a pessoa mais próxima do presidente na Casa Branca — também entregou o cargo.

A única pessoa que talvez soubesse mais do que ninguém sobre as manipulações da campanha de Trump e da Casa Branca dele de repente estava de saída. A preocupação profunda dentro do governo se baseava na suposição cabível de que Hicks e Raffel, tanto testemunhas como colaboradores das tentativas feitas pelo presidente de acobertar os detalhes do encontro do filho e do genro com os russos, eram partícipes ou alvos da investigação de Mueller — ou, pior, que já teriam feito um acordo.

O presidente, efusivo nos elogios públicos a Hicks, não tentou dissuadi-la de se demitir. Nas semanas seguintes, ele ficaria lamentando sua ausência — “Cadê a minha Hope-y?” —, mas, na verdade, assim que ficou sabendo que talvez ela falasse, ele quis seu desligamento e começou, em uma reescrita substancial, a rebaixar seu status e sua importância na campanha e na Casa Branca.

No entanto, do ponto de vista de Trump, este era o ponto mais auspicioso a respeito de Hicks: por mais fundamental que ela fosse à sua presidência, seus deveres consistiam apenas em agradá-lo. Ela era a improvável agente de uma estratégia magnífica e de grandes conspirações. A equipe de Trump era formada apenas por figurantes.

John Dowd talvez tenha relutado em dar a má notícia ao cliente, mas entendia bem o risco que era um promotor meticuloso com recursos basicamente ilimitados. Quanto maior a determinação de uma equipe de agentes do FBI tem ao peneirar, despistar e inspecionar, maiores as chances de que crimes tanto metódicos como casuais sejam revelados. Quanto mais abrangente a procura, mais inevitável o resultado. O caso de Donald Trump — com seu histórico de falências, truques financeiros, ligações dúbias e o senso geral de impunidade — sem dúvida parecia proporcionar aos promotores um excesso de opções.

De sua parte, entretanto, Donald Trump ainda parecia acreditar que suas habilidades e seus instintos ao menos faziam frente a toda a meticulosidade e todo o esmero do Departamento de Justiça dos Estados Unidos. Ele acreditava até que a abordagem minuciosa funcionaria a seu favor. “Chato. Confuso pra todo mundo”, disse, desdenhando dos relatos sobre a investigação feitos por Dowd e outros. “Não dá pra acompanhar nada disso. Não tem gancho.”

Um dos diversos aspectos bizarros da presidência de Trump era que ele não enxergava a presidência, fosse pelas responsabilidades ou pela exposição, como algo muito diferente de sua vida pré-Casa Branca. Ele havia sofrido investigações quase incontáveis em sua longa carreira. Já tinha se envolvido em vários tipos de litígio ao longo de seus 45 anos de trajetória profissional. Era um lutador que, com impudência e agressividade, havia escapado de apuros que teriam arruinado um jogador mais fraco, menos astuto. Sua estratégia empresarial essencial era: o que não mata fortalece. Embora se ferisse repetidas vezes, Trump nunca sangrava até a morte.

“É questão de jogar o jogo”, ele explicou em um de seus frequentes monólogos sobre sua superioridade e a burrice de todos os outros. “Sou bom de jogo. Talvez seja o melhor. Sério, devo ser o melhor. Acho que sou o melhor. Sou muito bom. Muito tranquilo. A maioria tem medo que o pior aconteça. Mas não acontece, a não ser que você seja burro. E eu não sou burro.”

Nas semanas seguintes ao seu aniversário de primeiro ano de mandato, com a investigação de Mueller no oitavo mês, Trump continuava encarando o inquérito do procurador especial como uma luta de vontades. Não a considerava uma guerra de atrito — uma redução gradual de força e da credibilidade do alvo por meio de análise constante e pressão cada vez maior. Na verdade,